

Controladoria  
Geral do  
Estado



ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

# **ANEXO V DO PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC**

## **Exercício 2020**

### **PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO**

MARÇO / 2020



## CONTROLE DE ALTERAÇÕES

<b>Versão</b>	<b>Data</b>	<b>Responsável</b>	<b>Descrição das Alterações</b>
1.0	02.03.2020	Adriano Abreu	Versão 01.2020
1.1	04.03.2020	Maria José Oliveira e Silva – Gestor	Formatação



## SUMÁRIO

COLABORADORES .....	5
1 Identificação do Projeto .....	6
2. ANÁLISE SITUACIONAL .....	7
<b>2.1 – DETRAN</b> .....	7
<b>2.2 – SANEAGO</b> .....	8
3. OBJETIVO DO PROJETO .....	8
4. ESCOPO DO PROJETO .....	9
<b>4.1 PRODUTOS/ENTREGAS DO PROJETO</b> .....	9
<b>4.2 RESTRIÇÕES (DIFICULDADES)</b> .....	9
<b>4.3.PREMISSAS</b> .....	9
5. RECURSOS HUMANOS .....	10
6 . PLANO OPERACIONAL - DETALHADO .....	11
7. PLANEJAMENTO DE FERRAMENTAS DE CONTROLE.....	13
<b>7.1 SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO:</b> .....	13
<b>7.2. RELACIONAMENTO ENTRE OS SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO</b> .....	14
<b>7.3 GERAÇÃO DE PAINÉIS E CONSULTAS DISPONÍVEIS/POSSÍVEIS:</b> .....	15
8. SUGESTÕES DE MELHORIA .....	15
<b>8.1 MELHORIAS NOS SISTEMAS CORPORATIVOS</b> .....	15
<b>8.2 INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS:</b> .....	18
<b>8.3 – ALCANCE DO MONITORAMENTO:</b> .....	18
9. PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS EXTERNAS .....	19
<b>9.1 –CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE OUTROS PODERES P/ UTILIZAÇÃO     FERRAMENTAS DE TI</b> .....	19
<b>9.2 -ALICE – ANÁLISE DE LICITAÇÕES E EDITAIS</b> .....	19



<b>9.3 – SOFIA - SISTEMA DE ORIENTAÇÃO SOBRE FATOS E INDÍCIOS PARA O AUDITOR .....</b>	<b>21</b>
<b>9.4–MONICA - MONITORAMENTO INTEGRADO PARA CONTROLE DE AQUISIÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>9.5 –SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DO GOVERNO FEDERAL.....</b>	<b>22</b>
<b>10. CONCLUSÃO .....</b>	<b>23</b>



## COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE

Henrique Moraes Ziller

SUBCONTROLADOR DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO

Marcos Tadeu de Andrade

SUPERINTENDENTE DE AUDITORIA

Stella MarisHusni Franco

SUPERINTENDENTE DE INSPEÇÃO

Claudio Martins Correia

GERÊNCIAS

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

Adriano Abreu

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS

Jean Marck Barbosa

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE PESSOAL

Maria José Oliveira e Silva

GERÊNCIA DE MONITORIAMENTO

Margareth Moreira

GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE

Luis Henrique Crispim

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Elisabete Fernandes Ribeiro



## 1 Identificação do Projeto

### Projeto:

Implantação do projeto de Monitoramento Total dos recursos orçamentários e outras formas de execução de recursos, inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações, etc..

### Área Solicitante

GAB/CGE

### Data da Elaboração

18.09.2019

### Cliente:

Marcos Tadeu de Andrade – Subcontrolador

### Patrocinador:

Henrique Moraes Ziller – Controlador Geral do Estado de Goiás

### Gerentes do Projeto:

Ivo Cezar Vilela

Murilo Alves de Oliveira

### Unidade

GIPF/ SIF/CGE

### E-mail dos Gerentes do Projeto

[ivo.vilela@goias.gov.br](mailto:ivo.vilela@goias.gov.br)

[murilo.oliveira@goias.gov.br](mailto:murilo.oliveira@goias.gov.br)

### Telefones dos Gerentes

(62) 32015301 / 5302

### Equipe do Projeto:

- Claudio Martins Correia – Superintendente de Inspeção
- Adriano Abreu de Castro – Gerente de Inspeção Preventiva e de Fiscalização
- Ivo Cezar Vilela – Gestor de Finanças e Controle
- Murilo Alves de Oliveira - Gestor de Finanças e Controle
- Tatiana Lisita Ribeiro - (colaboradora)



## 2. ANÁLISE SITUACIONAL

As informações abaixo chamam a atenção para a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão do Governo do Estado de Goiás, com destaque voltado ao Controle e Monitoramento Total dos recursos orçamentários, desde o início da despesa (processo de aquisição / compras).

Citando, como exemplo, os fatos ocorridos no DETRAN nos serviços de “Vistoria Veicular”, “Emissão do CRLV / DUT”, na SANEAGO “Operação Gota d’água”, “Operação Decantação”, fica evidente a necessidade de buscar mecanismos de monitoramento dos processos de contratação da despesa BENS e SERVIÇOS, buscando uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos, agindo de maneira preventiva, veja nos itens a seguir detalhamento das inconsistências apresentadas nas referidas contratações.

### 2.1 – DETRAN

#### 2.1.1 – VISTORIA VEICULAR “EMPRESA SANPERES”

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN firmou o contrato de concessão do serviço público de vistoria veicular (técnica e óptica) com a Empresa SANPERES AVALIAÇÃO E VISTORIAS EM VEÍCULOS, em 03 de fevereiro de 2015, no valor inicial de R\$ 117,66/vistoria.

Inspeção realizada pela CGE ao contrato firmado entre o DETRAN e a empresa SANPERES constatou que o valor da tarifa de vistoria cobrada do cidadão (R\$175,76) não se mostrava ancorado em estudos e documentos que assegurassem que a engenharia financeira inicialmente projetada na Perícia de Viabilidade Econômico-Financeira estava sendo observada, fato que estava propiciando à parceira privada gozar de retorno do capital investido e de lucro econômico em cifras superiores às pactuadas.

Após os trabalhos desta controladoria, o valor da tarifa reduziu de R\$ 175,76 para R\$ 108,00 por vistoria.



## 2.1.2 - EMISSÃO DO CRLV / DUT “EMPRESA VALID”

Observou-se, em inspeção realizada nesta CGE, que os valores praticados em Goiás para a emissão de CRLV e CRV estavam acima dos valores praticados em outros Estados do Brasil, sendo que o serviço de emissão em Goiás chega a ser 111% maior que o praticado no Paraná.

## 2.2 – SANEAGO

### 2.2.1 - OPERAÇÃO GOTA D'ÁGUA



Fonte: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2017/02/operacao-apura-empresas-suspeitas-de-fraudar-licitacoes-da-saneago.html>

### 2.2.2 - OPERAÇÃO DECANTAÇÃO



Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/pf-faz-operacao-em-goias-contras-fraudes-em-licitacoes-da-saneago>

## 3. OBJETIVO DO PROJETO

O que se busca com o Monitoramento Total é que as ações de controle realizadas no âmbito desta CGE possam contribuir para a melhoria da gestão pública,





aumentar e proteger o valor organizacional das instituições, possibilitando o aperfeiçoamento dos controles internos e a geração de informações tempestivas e preventivas para subsidiar a tomada de decisão dos órgãos e entidades examinados.

Almeja-se antecipar ao processo de contratação de **BENS e SERVIÇOS**, criando um banco de dados no qual seja possível verificar durante o processo de contratação fatos que possam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos e, se for o caso, recomendar alterações no processo de contratação.

## 4. ESCOPO DO PROJETO

### 4.1 PRODUTOS/ENTREGAS DO PROJETO

- a) **Nota Técnica – NT**, contendo a análise de editais de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade para contratação de serviços e aquisições diversas, verificando possíveis irregularidades nas documentações apresentadas pelo órgão;
- b) **Boletim de Inspeção – BI**, com a verificação das contratações e aquisições vigentes, economicidade dos preços pactuados e análise da regularidade dos atos e das medições dos serviços executados.

### 4.2 RESTRIÇÕES (DIFICULDADES)

Podem impactar negativamente o projeto:

- Dificuldades no acesso às informações;
- Ausência de integração dos sistemas corporativos;
- Falta de patrocínio do corpo diretivo.

### 4.3. PREMISSAS



Para implementação do Projeto com sucesso, pressupõe:

- Comprometimento e disponibilidade de servidores;
- Acesso total a todos os bancos de dados dos sistemas corporativos;
- Estrutura física e logística de acordo com as necessidades dos trabalhos;
- Envolvimento da alta gestão;

## 5. RECURSOS HUMANOS

TABELA 01 -RELAÇÃO DE SERVIDORES DA GEIFP		
Nº	SERVIDORES	ATIVIDADE
1	Adriano Abreu de Castro	Gerente
2	Antônio Sávio De Moraes	Inspeções
3	Carlos Milhomem De Oliveira	Inspeções
4	Cláudio Rodrigues Lomeu	Inspeções
5	Cristiane Cruvinel Machado	Licitações
6	Diogenes Japiassú Filho	Licitações
7	Ivo César Vilela	Licitações
8	Jânio Rodrigues De Sá	Licitações
9	José Augusto Vieira Resende	Licitações
10	Murilo Alves De Oliveira	Licitações
11	Rafael Rezende Aidar	Inspeções
12	Rogério Cardoso De Santana	Inspeções
13	Thais Borges Maníglia	Outras atividades
14	Úrsula Flávia Pereira Pinto Bezerra	Outras atividades



## 6 . PLANO OPERACIONAL - DETALHADO

### 6.1 - PROJEÇÃO DAS ATIVIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2020

TABELA 02

PLANO OPERACIONAL DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO -GIPF							
EXERCÍCIO 2020							
ITEM	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	ESCOPO	ENTREGA	QUANTIDADE SERVIDORES	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
1	ANÁLISE PRÉVIA EM LICITAÇÕES	Análise de editais de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade para contratação de serviços e aquisições diversas, verificando possíveis irregularidades nas documentações apresentadas pelo órgão.	NT - Nota Técnica	7	9.534	24	397
2	INSPEÇÕES EM CONTRATOS DIVERSOS	Análises de contratações e aquisições vigentes, verificando a regularidade dos atos e as medições dos serviços efetivamente executados.	BI - Boletim de Inspeção	5	6.810	115,33	59
3	OUTRAS ATIVIDADES	1. Análise de composição dos membros de Conselhos de Empresas de Pequeno Porte (Decreto 9.402/2019); 2. Análise de Regulamento de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais (Lei 15.503/2005); 3. Análise das concessões de diárias, hospedagem e passagens aéreas dos órgãos e entidades do Poder Executivo (Decreto 9.376/2019).	NT - Nota Técnica	2	2.724	16	170
<b>TOTAL</b>				<b>14</b>	<b>19.068</b>	<del>        </del>	<b>627</b>



**TABELA 03**

**ESTIMATIVA DE ANÁLISE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS EM ANDAMENTO - EXERCÍCIO 2020**

MODALIDADE	VLR REFERÊNCIA PARA ANÁLISE	% ESTIMANDO		ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PROCESSOS
		DE PROCESSOS A SEREM ANALISADOS	DE RECURSOS A SEREM ANALISADOS	
Compra Direta - Obras e Serviços de Engenharia	3.000.000,00	44,35%	94,82%	56
Inexigibilidade	200.000,00	17,87%	90,94%	54
Outras Dispensas	500.000,00	16,67%	97,44%	63
Pregão Eletrônico	1.000.000,00	14,64%	79,91%	57
Pregão Eletrônico SRP	1.000.000,00	54,10%	99,08%	18
Pregão Presencial	1.000.000,00	53,06%	98,67%	28
Pregão Presencial SRP	1.000.000,00	83,33%	99,79%	3
Tomada de Preço	1.000.000,00	48,08%	79,53%	14
<b>TOTAIS</b>		<b>19,93%</b>	<b>95,05%</b>	<b>237</b>

*fonte: Relatórios das transparência em 13/11/2019 - licitações em andamento/concluídas, na Administração Direta e Indireta, dos exercícios 2018/Jan-Out 2019*

**TABELA 04**

**ESTIMATIVA INSPEÇÕES**

ÓRGÃOS/ENTIDADES	QUANTIDADE ESTIMADA
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes / GOINFRA	3
Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR	4
Casa Militar	1
CELG Geração e Transmissão S.A - CELG GT	1
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO	1
Corpo de Bombeiros Militar - CBM	2
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	2
Diretoria Geral de Administração Penitenciária - DEGAP	1
Goiás Previdência	3
IPASGO	7
Polícia Civil - PC	3
Polícia Militar - PM	2
SANEAGO	1
Secretaria de Estado da Administração - SEAD	3
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	3
Secretaria de Estado da Casa Civil	1
Secretaria de Estado da Economia	4
Secretaria de Estado da Educação - SEDUCE	1
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SIC	1
Secretaria de Estado da Saúde - SES	3
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	2
Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI	1
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS	1
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD	1
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>
DEMANDAS EXTERNAS NÃO PREVISTAS	7
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>



A estimativa constante na Tabela 03 supra não abarca o histórico de licitações das empresas estatais. Em virtude disso, na tabela 02 retro, foi acrescida a quantidade de 160 (cento e sessenta) análises de processos licitatórios (referentes a entidades), resultando no total estimado de 397 análises (237 + 160).

Influenciaram nos quantitativos estimados de inspeções constantes na tabela 04 acima, os critérios de materialidade e relevância, além das demandas encaminhadas a esta CGE pelos próprios órgãos e entidades (processo 202011867000013). Oportunamente, esclarece-se que estão previstas 03 inspeções na Secretaria de Estado da Saúde/SES, 1 na Secretaria de Estado da Administração/SEAD e 1 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação/SEDI, com o fito de acompanhar a atuação dos controles existentes em relação ao acompanhamento e fiscalização dos contratos de gestão firmados no âmbito das Pastas.

## **7. PLANEJAMENTO DE FERRAMENTAS DE CONTROLE**

### **7.1 SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO:**

- AFT - Sistema de Administração Financeira do Tesouro;
- COMPRAS-NET, Sistema responsável pela gestão de compras do Estado, o qual esta sendo atualizado;
- SIOFI – NET- Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira;
- SCP – Sistema de Contabilidade Pública do Estado;
- SEO- NET - Sistema de Elaboração do Orçamento do Estado;
- SIGMATE – Sistema de Gestão de Materiais e Patrimônio do Estado;
- SCO – Sistema de Contratos;
- SIAC – Sistema Integrado de Administração de Convênios;



## 7.2. RELACIONAMENTO ENTRE OS SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO

TABELA 05

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DO RELACIONAMENTO DOS SISTEMAS COPORATIVOS																							
Descrição / Sistemas Corporativos	DADOS DO SIOFI - NET							DADOS DO AFT / PDF				DADOS EXISTENTE NO COMPRAS NET								SIGMA TE			
	Data Empenho	Nº do Empenho	Modalidade Empenho	CNPJ	Razão Social	Órgão Solicitante	Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Nº da PDF	Data Desembolso/PDF	Data Referência/PDF	Nº Processo SEI	Data Abertura/Compra	Data Encerramento/Co	Código do COMPRAS NET	Código Produto / Item	Descrição Produto / Item	Preço Médio (valor Sugerido)	Valor Unitário Adjudicado		Valor Total	Valor Unitário	Modalidade de Licitação / forma de Aquisição
AFT / PDF	SIM	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM									SIM			
COMPRAS-NET				SIM	SIM	SIM	SIM		SIM		SIM				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
SIOFI - NET	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM									SIM		SIM	SIM
SEO - NET																							
SCP						SIM	SIM	SIM				SIM									SIM		SIM
SIGMATE		SIM		SIM	SIM	SIM					SIM				SIM	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM		SIM
SIAC											SIM												
SCO		SIM	SIM			SIM					SIM				SIM								
RHNET																							

**AFT**, Sistema de Administração Financeira do Tesouro Estadual, que tem como finalidade administrar o fluxo de caixa do Tesouro Estado “Poder Executivo”, o qual é integrado com **SIOFI-NET**.

**COMPRAS-NET** tem o vínculo **AFT** através da “PDF”, sendo condição para o processo dar continuidade no

**COMPRAS-NET** ter incluído no **AFT** a **PDF** como também a mesma estar no status de liberada

**SIOFI-NET**, esta integrado com os sistemas “**SEO-NET e SCP**” para realizar a execução orçamentária do Estado. **SIOFI-NET** também é integrado com o **AFT**, sendo necessário ter a **PDF** liberada no **ATF** para que seja possível realizar o empenho da despesa.

**SCP**, Sistema de Contabilidade Pública do Estado, o qual é integrado com o **SIOFI-NET** e **SIGMATE**, onde são registrados os atos e fatos da execução orçamentária do Estado.

**SEO – NET**, sistema de elaboração da proposta orçamentária do Estado, para qual é integrado com o **SIOFI-NET** e **SCP**.



**SIGMATE** está parcialmente integrado com **SCP**, com a finalidade de registrar no **SCP** todas as movimentações “aquisições, baixas”, ocorridas com bens de consumo e patrimonial do Estado

**SCO** – Sistema de Contratos, segundo relatado pela Superintendência de Orçamento e Despesa, a validação de um contrato ocorre no momento da emissão da Ordem de Pagamento. Foi relatado a não obrigatoriedade a inclusão do aditivo contratual no **SCO**

**SIAC**, com base nas informações obtidas em reuniões realizadas, este sistema encontra-se paralisado.

### **7.3 GERAÇÃO DE PAINÉIS E CONSULTAS DISPONÍVEIS/POSSÍVEIS:**

Com base nos sistemas atualmente existentes e no relacionamento supra narrado entre eles, almeja-se a criação de PAINÉIS GRÁFICOS com as principais informações relacionadas às licitações levadas a cabo pelo poder público (tanto as em andamento, quanto aquelas concluídas), de sorte a possibilitar o seu acompanhamento e monitoramento, com base nos critérios consignados no item 6.1 – TABELA 03 – deste projeto. O projetado é que os mencionados painéis forneçam de modo visual e consolidado as seguintes consultas:

- Contratações em Andamento no Poder Executivo;
- Contratações Realizadas e Ainda não Efetivadas;
- Contratações Realizadas e Contratadas;
- Maiores Contratações em Andamento por Unidade Orçamentária;
- Comparativo dos valores contratados de serviço por objeto, por exemplo: vigilância, limpeza, locação de veículos e outros.

## **8. SUGESTÕES DE MELHORIA**

### **8.1 MELHORIAS NOS SISTEMAS CORPORATIVOS**

**SCO – Sistema de Contratos:**



Que seja obrigatória a utilização deste sistema, em todas as fases da execução do contratual, desde a assinatura até o encerramento. A seguir algumas sugestões indispensáveis de registros para acompanhamento contratual:

- Conta Corrente da execução contrato;
- Registro dos aditivos contratuais;
- Alerta de vencimento para o Gestor e **CGE**;
- Relatórios Gerenciais, com a possibilidade de exportar em formato "XLS";

#### **SIAC – Sistema Integrado de Administração de Convênios:**

Que seja obrigatória a utilização deste sistema possibilitando o monitoramento dos diversos tipos de convênios firmados pelo Poder Executivo. Atualmente este sistema encontra-se paralizado.

#### **COMPRAS-NET**

Considerando que está em fase final de desenvolvimento e implantação de um novo **COMPRAS-NET**, sugere-se que seja padronizada a descrição das modalidades de licitação entre o **COMPRAS-NET**, **SIOFI-NET** e **SCO**. Com isto será possível acompanhar a aplicação dos gastos públicos com mais eficácia, por meio de padronização dos dados disponibilizados.





**TABELA 06**

Demonstrativo das Modalidade de Licitação "SIOFI-NET / COMPRAS-NET"		
Modalidades de Licitação		
SIOFI - NET	COMPRAS -NET	Proposta Consolidada
Concorrência	Aquisições BID	Aquisições BID
Concurso *	Compra Direta - Dispensa de Licitação	Compra Direta - Dispensa de Licitação
Consulta	Compra Direta - Obras e Serviços de Engenharia	Compra Direta - Obras e Serviços de Engenharia
Convite *	Concurso *	Concurso
Dispensa de Licitação *	Convite *	Convite
Indenização, parágrafo único, Art. 59 da Lei 8.666/93	Outras Dispensas *	Outras Dispensas (verificar), a possibilidade de excluir ou detalhar o que deve enquadrar nesta modalidade
Licitação Inexigível *	Inexigibilidade *	Inexigibilidade
Não aplicável	Pregão Eletrônico *	Pregão Eletrônico
Pregão *	Pregão Eletrônico SRP *	Pregão Eletrônico SRP
Suprimento de Fundos	Pregão Presencial *	Pregão Presencial
Tomada de Preço *	Pregão Presencial RDC *	Pregão Presencial RDC
	Pregão Presencial SRP *	Pregão Presencial SRP
	Tomada de Preço *	Tomada de Preço
		Concorrência
		Indenização, parágrafo único, Art. 59 da Lei 8.666/93
		<i>Serviço da Dívida **</i>
		<i>Precatórios **</i>
		<i>Convênios **</i>
		<i>Obrigações Fiscais **</i>
		<i>Repasse a Empresa Dependentes **</i>
		<i>Descentralização **</i>
		<i>Concessionárias de Serviços Públicos **</i>
		<i>Aditivo Contratual **</i>
		<i>Periodicidade **</i>
		<i>Adesão a Ata de Registro de Preços **</i>

Obs.: " \* " - refere-se a modalidades que estão incluídas nos sistemas Compras-Net e SIOFI-NET

" \*\* " - refere-se a proposta de inclusão de modalidades nos sistemas Compras-Net e SIOFI-NET

Além da consolidação da base existente, sugerimos adição de novas modalidades, pois no SIOFI-NET atual existe uma opção em **Modalidade de Licitação** denominada "NÃO APLICÁVEL", que representa no exercício de 2019, 49,90% (quarenta e nove vírgula noventa por cento) de todo recurso lançado no SIOFI-NET, demonstrando no painel de Monitoramento onde foram utilizados os Recursos do Estado.

Sugerimos também que, caso seja necessário, a nomenclatura da coluna **Modalidade de Licitação** seja alterada para somente **MODALIDADE** ou qualquer outra que alcance todas as sugestões propostas e seja eliminada a opção **NÃO APLICÁVEL**, sendo que, caso surja alguma despesa que não esteja contemplada em nenhuma **MODALIDADE** existente, seja criada *uma nova modalidade* para atender tal lançamento.



## 8.2 INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS:

### COMPRAS-NET:

Deveria ser integrado com o **SIGMATE**, para que fosse possível obter informações de estoque atuais e médias de consumo mensal, com a finalidade de definir a quantidade a ser adquirida, possibilitando o monitoramento das aquisições em desconformidade com a demanda. .

### COMPRAS-NET, AFT, SIOFI-NET e SCO:

Estes sistemas deveriam ser integrados, pois possibilitaria o monitoramento preventivo da aplicação dos recursos públicos, proporcionando uma gestão com eficiência e economicidade, por meio de parâmetros existentes nesses sistemas.

### SCO:

Deveria estar integrado com o **SIOFI-NET**, para que, ao realizar o empenho e ordem de pagamento, possibilitaria gerar relatórios que demonstrassem o saldo empenhado, pago e apagar para o exercício corrente e futuro, caso exista (conta corrente).

### SIAC:

Deveria estar integrado com o **SIOFI-NET**, para que, ao realizar o empenho e ordem de Pagamento, possibilitaria gerar relatório que demonstrasse o saldo empenhado, pago e apagar para o exercício corrente e futuro, caso exista. Como também acompanhar os convênios firmados pelo Estado.

Com estas melhorias propostas em sistemas já existentes e a integração entre eles, espera-se evitar o retrabalho na execução das tarefas, gerando efetividade, proporcionando sinergia nas utilizações de recursos humanos e materiais; contribuindo, dessa forma, para uma maior transparência na aplicação dos gastos públicos e facilitando o monitoramento dos processos de contratação que geram despesa.

## 8.3 – ALCANCE DO MONITORAMENTO:

A obrigatoriedade de todas as Empresas Públicas, com participação majoritária do Estado de Goiás, utilizarem o **COMPRASNET**, o que facilitaria as ações preventivas, na medida em que possibilitaria a geração de alertas dentro do painel que este projeto se propõe a desenvolver.



## 9. PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS EXTERNAS

### 9.1 –CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE OUTROS PODERES P/ UTILIZAÇÃO FERRAMENTAS DE TI

Com o objetivo de buscar e implantar, por meio de convênios e/ou termos de colaboração com outros Órgãos e Entes dos Governos Federal e Estaduais (principalmente Órgãos de Controle Interno), ferramentas tecnológicas desenvolvidas para ajudar no monitoramento preventivo nas diversas fases de contratação de bens e/ou serviços para facilitar e agilizar a atuação dos servidores responsáveis pelo monitoramento preventivo, como exemplo citaremos os robôs que são utilizados pela CGU, TCU:

### 9.2 -ALICE – ANÁLISE DE LICITAÇÕES E EDITAIS

O ALICE foi lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)) em junho de 2015.

É uma ferramenta que permite a verificação de indícios de irregularidades em uma licitação assim que o edital ou a ata de pregão são publicados.

Com funcionamento diário, o sistema entra no site do Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.comprasnet.gov.br/>) e coleta arquivos e dados de todas as licitações e atas de realização de pregão eletrônico publicados no dia.

Em seguida, são testadas tipologias (possibilidades de inconsistências) nos editais de licitação e nas atas de pregão eletrônico obtidos. Cada tipologia identifica um padrão que pode gerar indícios de irregularidades ou riscos na licitação. Nos editais de licitações, são realizadas nove análises de tipologias de texto com foco em restrição de competitividade na habilitação, por exemplo, “exigência de certidão negativa de protesto”. Já nas atas de pregão eletrônico, o sistema identifica os fornecedores participantes e os



vencedores do pregão e, em seguida, executa 23 análises de cruzamentos de dados agrupadas em três classes:

- 1) proibição de contratação com a administração pública;
- 2) empresas fantasmas e;
- 3) baixa competitividade (exemplo: licitante único vencedor de pregão).

O resultado das análises é enriquecido com a atribuição de fator de risco ao certame (em função da gravidade dos indícios encontrados) e com a extração do valor estimado da licitação a partir do edital (materialidade do objeto), possibilitando ação de controle mais tempestiva e efetiva.

Após as análises, as secretarias responsáveis por fiscalizar as aquisições federais recebem dois e-mails sobre os editais e atas publicados no dia relativos à sua clientela, com os alertas referentes aos indícios encontrados e links para informações complementares no sistema DGI Consultas.

Os alertas gerados são registrados em uma base de dados, que pode ser visualizada por meio de um painel de informações.

O painel ALICE permite a visualização de todos os indícios de irregularidades identificados nos editais e atas analisadas desde a implantação da ferramenta (editais a partir de 11/2015 e atas de pregão a partir de 8/2016).

A consulta traz o detalhamento dos editais em risco e das tipologias encontradas e pode ser orientado por UF, Esfera, Órgão, Modalidade de Licitação, Tipologia etc.

A próxima mudança ocorrerá na disponibilidade das informações sobre dispensas e inexigibilidades publicadas no Diário Oficial da União que também serão fornecidas por e-mail diário. O sistema Alice está em constante progresso. A construção de novas tipologias e o acréscimo de novas fontes de informação sobre licitações, além do Comprasnet, são algumas das melhorias previstas.

Além da ALICE, a CGU implantou uma solução de análise de risco. A ferramenta foi concebida com base na modelagem semelhante à que os bancos utilizam para medir o risco de crédito dos clientes, só que voltada para prever o risco de corrupção do



servidor. “Quando vai avaliar uma unidade pública, o auditor pode utilizar a ferramenta de análise de risco para definir o escopo, selecionando, entre centenas de contratos, o de maior risco”

### **9.3 – SOFIA - SISTEMA DE ORIENTAÇÃO SOBRE FATOS E INDÍCIOS PARA O AUDITOR**

O Robô SOFIA representa uma nova possibilidade - simples e direta - de consumo de informações necessárias ao trabalho do auditor, além disso, funciona também como um corretor que auxilia o auditor na hora de escrever um texto, apontando possíveis erros e até sugerindo informações relacionadas às partes envolvidas ou ao tema tratado.

Por exemplo, ele cria alertas com dados como a validade de um CPF registrado pelo auditor, a existência e a validade de contratos de uma entidade, se há registro de óbito sobre determinada pessoa, e se o cidadão ou empresa está ou não cadastrado no sistema do TCU.

Porém a complexidade técnica e administrativa se impõe dado o volume de informações cada vez mais expressivo, bem como a complexidade dos problemas a serem enfrentados e o SOFIA funciona como um assistente automático do auditor, permitindo a ele acessar e analisar informações oriundas de diversas bases de dados de maneira fácil, sem necessidade de auxílio por parte de profissionais de tecnologia.

Outra função é ser como um interprete automático dos textos produzidos pelos auditores (ex: relatórios, instruções, pareceres) ao identificar elementos relevantes que são pesquisados em todas as bases de dados de posse do TCU.

Além disso, o SOFIA permite encontrar correlações relevantes e indícios de erros e irregularidades que, se não verificados, poderiam gerar relatórios incompletos ou mesmo com erros que poderiam ensejar lentidão ou nulidade processual.

Entende-se que o SOFIA representa mais que uma solução: a idéia pode ser aplicada a todos os casos em que peças jurídicas precisam ser construídas e que possam ter sua análise de mérito mais efetiva a partir do consumo de informações sobre os componentes dos textos, tais como pessoas físicas e jurídicas.

A real inovação do Sofia está no EMPODERAMENTO dos auditores não familiarizados com técnicas/ferramentas de TI que, com um clique, passam a ter acesso a



informações e análises automáticas que aumentam a produtividade e a profundidade do trabalho realizado, gerando aumento de eficiência e efetividade no controle externo

#### **9.4–MONICA - MONITORAMENTO INTEGRADO PARA CONTROLE DE AQUISIÇÕES**

MONICA traz informações sobre as compras públicas na esfera Federal, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público.

O robô MONICA faz um trabalho mensal de obtenção de dados, com exceção das informações sobre pregões que são atualizadas semanalmente.

Além disso, a tecnologia permite que sejam feitas buscas rápidas por palavras-chave no objeto das aquisições.

#### **9.5 –SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DO GOVERNO FEDERAL**

A sugestão de utilização do Sistema do Governo Federal, SICONV, é pertinente, pois ao pesquisarmos sobre a utilização do SIAC foi informado que o mesmo encontra-se em desuso, além de que o SICONV é um Sistema consolidado entre a maioria dos Entes que celebram convênios com o Governo de Goiás, gerando alta eficiência no controle dos Convênios.

O SICONV foi regulamentado pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que tornou o seu uso obrigatório por todos os gestores de recursos públicos executados de forma descentralizada (convênios e contratos de repasse).

O SICONV é o sistema aberto à consulta pública, disponível na internet, e que tem por objetivo permitir a realização dos atos e procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados pela União.

Criado em 2008 e hoje sua importância é retratada no dia a dia de Servidores Públicos e Entidades privadas sem fins lucrativos o SICONV é uma ferramenta online que



agrega e processa informações sobre as transferências de Recursos Federais para Órgãos Públicos e Privados sem fins lucrativos.

Através do SICONV definida pela Portaria Interministerial nº 127/2008 o processo é definido pelas seguintes etapas:

- Seleção
- Formalização
- Execução
- Acompanhamento e Prestação de Contas dos contratos e convênios

Para consultar informações específicas sobre os processos de seleção, apresentar propostas de trabalho e celebrar esses instrumentos, os Estados, Municípios e Entidades envolvidas devem fazer o credenciamento para utilizar o sistema.

## 10. CONCLUSÃO

Considerando o projeto em sua totalidade, verifica-se grande possibilidade de Monitoramento Preventivo, por meio de painel formatado com parâmetros de informações-chaves que temos em sistemas já existentes e em utilização pela administração. Bem como, se forem realizadas pequenas melhorias ao longo da utilização, permitirão maior eficiência na seleção dos processos a serem fiscalizados preventivamente, passando por evolução contínua.

Com base nos dados apresentados no painel que será desenvolvido, poderão ser definidos outros critérios de seleção dos processos mais relevantes, considerando os riscos, bem com potencial de maior dano ao Erário, tendo como ponto de partida os critérios adotados no Item 6(seis) deste estudo.

Não obstante a necessidade da maior abrangência possível de processos que acarretam gastos públicos, um fator essencial que terá que ser levado em consideração é a capacidade produtiva da equipe destacada para análise e fiscalização preventiva, pois o universo desses processos torna inviável o Monitoramento de sua totalidade. Por isso é latente o avanço da utilização de várias ferramentas de TI, já existentes e as que virão a serem



desenvolvidas, no auxílio aos servidores responsáveis pela fiscalização, para além de aumentar o alcance em número de processos, poderão aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos, aumentando sua eficácia e eficiência.